

Educação e conflito: luta sindical docente e novos desafios, **de Andréa Barbosa Gouveia e Marcos Ferras (Org.).**

Curitiba: Appris, 2012. 237p.

Edi Augusto Benini

Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), mestre em Administração Pública e Governo pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo – Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV) e graduado em Administração Pública pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Professor do Curso de Administração na Universidade Federal do Tocantins (UFT), Palmas, TO – Brasil.
edibenini@gmail.com

Esse livro reúne um conjunto de oito capítulos que buscam discutir a questão da organização e da dinâmica sindical docente, no campo do ensino público fundamental e médio, nos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, tendo como campo empírico três regiões destes estados, a saber: Região Metropolitana de Curitiba; Região da Grande Dourados e Campo Grande, estando todas as pesquisas organizadas no mesmo grupo, centrado nos temas educação e sindicalismo docente.

A partir da singularidade de cada uma dessas pesquisas, distribuídas nos, talvez uma primeira questão que se explicita diz respeito à própria natureza e à situação da categoria docente.

Quais as suas principais contradições? Como essa categoria vem a se organizar ou mesmo se estruturar, enquanto ação sindical, em face de um contexto de precarização do trabalho (inclusive docente) e de busca pela redução dos custos sociais com a educação? E como tudo isso rebata na sua trajetória de luta sindical?

O conjunto dos capítulos demonstra desse modo uma problemática, talvez central, nessa discussão, que diz respeito à organização sindical dos docentes. Ainda que sejam todos professores no ensino público fundamental e médio, a forma de organizar tais sistemas de ensino, em um mosaico de normas e imperativos jurídicos e administrativos, distribuídos dentro de um formato estatal federalista, também é, em si, algo problemático no que diz respeito à relação de distribuição de atribuições e recursos entre os entes federados (que no Brasil são três: governo federal, estados e mu-

nicípios), estrutura de um difuso e amplo fluxo de disputas políticas, que acabam por bloquear maior unidade sindical.

Dessa forma, no livro *Educação e conflito*, o leitor encontra um conjunto de temas necessários para se situar em tal problemática, com destaque à questão histórica do sindicalismo, como meio ou espaço possível de materialização do trabalho como categoria profissional ou grupo relativamente coeso e as formas históricas que as sociedades, intermediadas pelos Estados nacionais, organizam seus sistemas de ensino.

A partir dessa correlação de temas há subsídios importantes tanto para se refletir sobre a questão do sindicalismo e suas possibilidades efetivas de luta política, como a questão da educação pública no Brasil. Porém, na nossa concepção, a questão que cada capítulo vem a construir diz respeito à tendência de fragmentação da luta docente, dificultando tanto a sua luta mais imediata, que diz respeito às próprias condições de trabalho dos professores (carreira, remuneração), como também uma luta mais ampla, até como reflexo daquela primeira, que diz respeito, de forma mais evidente, também a toda a sociedade, que é a própria qualidade ou a natureza da educação pública a ser promovida pelo Estado.

No Capítulo 1 – “Sindicalismo docente no Brasil: elementos para uma análise” – Marcos Ferraz desenvolve uma discussão teórico-histórica inclusive metodológica, sobre a natureza da ação sindical docente, destacando seus principais determinantes estruturais, iniciando, dessa forma, o eixo articulador do debate que se seguirá ao longo do livro e terá sua conclusão no último capítulo – capítulo 8 –. “Para comparar o sindicalismo docente: desafios para pesquisas futuras”, onde também Marcos Ferraz, a título de considerações finais, e a luz de todo o panorama explicitado ao longo do livro, evidencia as dificuldades metodológicas em se estabelecerem análises comparativas das ações sindicais, dado a gama de variáveis contidas, logo de possíveis configurações singulares e conjunturais, que cada espaço de luta do trabalho contra o capital – elemento essencial da ação sindical – venha a se materializar e, a partir desta realidade, indica os principais desafios para pesquisas futuras que venham a trabalhar com tais temáticas.

Para conectar ambos os capítulos brinda-nos com um conjunto articulado de outros seis capítulos, que trazem para a discussão questões particulares, porém articuladas pelas temáticas descritas, possibilitando, assim, ângulos diferentes e complementares de análise crítica.

Dessa forma, no capítulo 2 – “Financiamento da educação e carreira docente: possíveis implicações para a prática sindical”, Andréa Barbosa Gouveia e Ângelo Ricardo de Souza discorrem sobre o desenho e seus principais elementos estruturantes, do sistema educacional brasileiro, problematizando suas contradições e deficiências históricas e, principalmente, as implicações dessa realidade na carreira docente.

Com um enfoque territorial mais direto, o capítulo 3 – “Oferta educacional e sindicalismo docente nos Municípios do Primeiro Anel da Região Metropolitana de Curitiba”, elaborado por Andréa Barbosa Gouveia, com o capítulo 4 – “Sindicalismo docente na cidade de Curitiba”, de Débora Pinheiro Donato, fala da realidade daquela região do Paraná, ainda que ambos numa perspectiva temática diferente, mas ainda assim discorrendo suas análises a luz de pesquisa empírica da mesma região, enquanto que o capítulo 5 – “Sindicato dos trabalhadores e Poder Judiciário”, de Ludimar Rafahin, também tendo como fonte de dados essa mesma região territorial, demonstra o difícil dilema da luta sindical por meio da disputa jurídica, que por um lado pode propiciar importantes ganhos e conquistas, mas, por outro, pode aumentar ainda mais a fragmentação sindical, na exata medida muitas sentenças judiciais não são generalizadas para todos, mas tão somente para os seus reclamantes diretos.

Nos capítulos 6 – Conjuntura Política e Sindicalismo de Professores da Educação Básica (1998-2012), de Margarita Victoria Rodrigues e Maria Dirléia Espíndola Fernandes, capítulo 7 – O Sindicalismo Docente na Cidade de Dourados/MS, de Diego Prado Perecin e Marcos Ferraz, ganha destaque a conjuntura da região do Mato Grosso do Sul. Enquanto que no primeiro (capítulo 6), temos, a partir da referência da totalidade capitalista, como se desenvolve os processos de disputa entre a ação sindical e o poder executivo estadual, no segundo (capítulo 7), apesar do enfoque ser a cidade de Dourados/MS, neste espaço se pode apreender vários elementos do conflito federativo brasileiro e seus impactos na ação sindical docente, pois uma singularidade desta cidade é justamente a integração sindical das redes municipais e estadual de ensino.

Sem dúvida é um livro de leitura obrigatória para todos que querem entender a problemáticas e os desafios da ação sindical docente, como também uma importante contribuição para os debates sobre a situação da educação no Brasil.